



**PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE  
E DE DIREITOS HUMANOS  
COM FOCO EM ETNIA E GÊNERO**



# PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE E DE DIREITOS HUMANOS COM FOCO EM ETNIA E GÊNERO

## APRESENTAÇÃO



Elié Corrêa/SECOM

Um dos maiores desafios colocados para a Bahia é a redução das desigualdades de etnia e gênero, que contribuem para o significativo passivo social que precisa ser enfrentado. Os afrodescendentes, os indígenas e as mulheres, historicamente, estão entre os segmentos que enfrentam maiores dificuldades de inserção social. Com o objetivo de superar essas desigualdades, foi concebida e implementada a diretriz estratégica “Promover políticas de igualdade de direitos humanos com foco em etnia e gênero”, que integra o Plano Plurianual 2008-2011.

O ano de 2011 foi marcado pela criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, no âmbito do Executivo estadual, com o propósito de propor, articular e executar políticas para as mulheres, particularmente para aquelas que se encontram em situação de pobreza ou vulnerabilidade social.

Uma das iniciativas da SPM, no seu primeiro ano de funcionamento, foi a realização da 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, que teve por finalidade pactuar compromissos que vão integrar o III Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, ora em construção. O processo da conferência mobilizou 215 municípios baianos.

A promoção da igualdade racial também integra os esforços desenvolvidos pelo Governo do Estado. Está em fase de conclusão o mapeamento de espaços de religiões de matriz africana nos Territórios de Identidade Baixo Sul e Recôncavo. Ao longo do trabalho, foram identificados 566 terreiros em 19 municípios do Recôncavo e em 14 municípios do Baixo Sul.

Outra iniciativa importante foi o lançamento da rede de combate ao racismo e à intolerância religiosa, em agosto de 2011. Formulada em parceria com o Governo Federal, a rede prevê a implantação de um centro de combate a estes males.

A promoção e a defesa dos direitos humanos é um compromisso incorporado à agenda das nações modernas. Visando atender esse requisito, o Governo do Estado vem desenvolvendo um conjunto de iniciativas focalizadas e efetivas nesse âmbito, com destaque, em 2011, para a implantação do primeiro núcleo de Justiça Comunitária no bairro Tancredo Neves, em Salvador.

Assegurar os direitos do consumidor é uma exigência para a manutenção de equilíbrio na relação entre quem produz e quem consome. Partindo dessa premissa, o Governo do Estado mobilizou meios e desenvolveu atividades voltadas à defesa do consumidor, com a realização de 75,2 mil atendimentos, o que significa um incremento de 35,4% em relação a 2010.

Em 2011, a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH passou por mudanças que visam estruturá-la mais adequadamente para o atendimento das demandas da sociedade. Assim, a administração do Sistema Penitenciário foi transferida para uma pasta específica e foram criadas, na SJCDH, as superintendências dos Direitos de Pessoas com Deficiência e a de Prevenção e Acolhimento aos Usuários de Drogas e Apoio Familiar. 

## POLÍTICAS PARA AS MULHERES

### CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Em 4 de maio de 2011, o Governo do Estado da Bahia criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/BA, por meio da Lei nº 12.212. A missão dessa secretaria é elaborar, propor, articular e executar políticas públicas para todas as mulheres, respeitando as diferenças e dando prioridade àquelas em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social em toda a Bahia. A criação da SPM traduz o reconhecimento do Governo da Bahia à necessidade de promover ações específicas para as mulheres.

### 3<sup>a</sup> CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO ESTADO DA BAHIA

Essa importante conferência foi realizada no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, entre 12 a 14 de novembro de 2011, tendo como objetivo central a sensibilização para a criação de organismos de políticas públicas para as mulheres em cada município, e de Conselhos Municipais onde estes não existem.

Com o lema “Toda mulher é mulher de verdade”, o evento contou com 960 participantes, entre os

quais 200 observadoras(es) e 100 convidadas(os) credenciadas(os), além de 492 delegadas credenciadas como Sociedade Civil e 167 credenciadas como Poder Público.

Do ponto de vista da representatividade política, a 3<sup>a</sup> Conferência contou com a representação de 206 municípios. Foram identificadas um total de 349 entidades da sociedade civil, com 798 participantes entre delegadas, observadoras e convidadas. No que tange ao poder público, foram identificados 145 representantes dos governos municipais e 31 do Governo Estadual, contando ainda com a participação de 11 representantes do Governo Federal.

O processo estadual de conferências de políticas para as mulheres se deu em 215 municípios, com a participação de mais de 14.475 mulheres, que discutiram, através de reuniões e conferências, as políticas para mulheres, mobilizando 18 Territórios de Identidade. Foram realizados um total de 14 eventos territoriais, com a participação de 900 mulheres. A Tabela 1 apresenta informações sobre as conferências territoriais realizadas.

A 3<sup>a</sup> Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres resultou em compromissos para a construção do III Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, sucedendo em bases consistentes ao I Plano, construído em 2006, e ao II Plano, no ano de 2007.



Manu Dias/SECOM

“Toda mulher é mulher de verdade” foi o lema da 3<sup>a</sup> Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres

<b>TABELA 1   CONFERÊNCIAS REALIZADAS</b>			<b>Bahia, 2011</b>
<b>TERRITÓRIOS</b>	<b>TOTAL DE MUNICÍPIOS</b>	<b>Nº DE CONFERÊNCIAS REALIZADAS</b>	<b>%</b>
Irecê	20	7	35,0
Velho Chico	16	4	25,0
Bacia do Rio Corrente	11	1	9,1
Chapada Diamantina	23	6	26,1
Piemonte de Paraguaçu	14	6	42,9
Litoral Sul	27	13	48,1
Baixo Sul	14	11	78,6
Extremo Sul	21	11	52,4
Itapetinga	13	2	15,4
Vale do Jiquiriçá	21	12	57,1
S. S. Francisco	10	10	100,0
Oeste	14	2	14,3
Bacia do Paramirim	9	0	0,0
Sisal	20	21	105,0
Portal do Sertão	17	17	100,0
Bacia de Jacuípe	13	13	100,0
Itaparica	6	5	83,3
Semiárido/Nordeste II	18	11	61,1
Litoral Norte de Alagoinhas	22	15	68,2
Sertão Produtivo	19	0	0,0
Vitória da Conquista	24	8	33,3
Recôncavo	20	13	65,0
Médio Rio de Contas	16	9	56,2
P. de Diamantina	9	3	33,3
P. Norte de Itapicuru	9	5	55,6
Metropolitano	10	10	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>416</b>	<b>215</b>	<b>-</b>

Fonte: SPM

## AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

Entendendo que a autonomia das mulheres precisa ser considerada em suas múltiplas dimensões – econômica, social, política e cultural, o Governo do Estado, por meio da SPM, entende que ações afirmativas são necessárias para que se garanta a inclusão produtiva das mulheres. Em 2011, podem-se citar as seguintes iniciativas no âmbito deste tema:

### Termo de Compromisso com o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA

Convergente com o projeto de inclusão produtiva e combate à violência, este convênio beneficia camponesas de diversas regiões da Bahia, nos 26 Territórios de Identidade. O objetivo é executar

ações de promoção à cidadania por meio da inclusão produtiva e combate à violência. O público beneficiário das ações são as mulheres assentadas da reforma agrária, quilombolas e indígenas.

Dentre as ações, sobressaem-se os apoios à solução de problemas de documentação das mulheres e à elaboração de projetos de assistência técnica rural. Além disso, a partir de 2012 haverá iniciativas nas áreas de inclusão produtiva – cursos de corte e costura, artesanato, turismo -, oficinas sobre culinária afrobrasileira e disponibilização de equipamentos e capacitação.

### Encontro Geração - Gênero, Raça, Campo e Ação

Realizado no dia 25 de julho, em Salvador, o encontro em comemoração ao dia 25 de julho, dia



Encontro Geracao - Gênero, Raça, Campo e Ação

internacional da mulher negra, latino-americana e caribenha. Um encontro que, além de debater a trajetória das mulheres negras no estado brasileiro ao longo dos tempos, focou a igualdade de oportunidades, tendo em perspectiva a geração de emprego e renda para as mulheres negras nas diferentes faixas etárias, na sociedade baiana. Erradicar a pobreza sob a ótica de gênero constitui uma das principais diretrizes da SPM. Participaram cerca de 100 trabalhadoras rurais de Cruz das Almas, Salvador, Simões Filho, Candeias e Camaçari, participando também residentes em áreas urbanas.

### **Apoio institucional ao I Seminário “A Importância da Mulher Rural para a Construção de uma Sociedade Sustentável”**

Neste evento, foram realizados debates sobre as políticas de fortalecimento da agricultura familiar com trabalhadoras rurais das Comunidades do Fundo de Pasto, quilombolas, indígenas e assentadas da Reforma Agrária. O evento realizou-se em Salvador, em 26 de novembro, com a presença de 48 mulheres nas oficinas.

### **Construção e Publicação de Edital de Seleção de Projetos – Novos Poderes**

Refere-se a apoio institucional técnico-financeiro a projetos sociais com foco na promoção da au-

tonomia financeira e econômica e inclusão produtiva, no valor de R\$ 300 mil, cujos resultados foram divulgados em 12 de dezembro de 2011.

### **PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

O enfrentamento da violência contra as mulheres requer um esforço amplo e articulado entre a sociedade civil e as três esferas do poder público – Judiciário, Legislativo e Executivo –, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Em síntese, é imprescindível que haja uma atuação em rede. No entanto, a violência contra a mulher precisa ser reconhecida e publicizada, no sentido de estabelecer, no imaginário coletivo e nas praxes sociais, a percepção, pela mulher, de novo patamar de segurança comunitária e doméstica, e o entendimento de que são inaceitáveis – e como tal receberão reprovação social e punição legal cabível – quaisquer atitudes que se contraponham à civilidade e aos direitos invioláveis da cidadania.

Em 2011, uma das ações importantes nesse sentido foi a promoção da campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, com início no dia 1º de dezembro de 2011, em Salvador, onde foram realizadas atividades que incluíram panfletagens, campanha publicitária, exibição de filmes, atos e audiências públicas.

## AÇÕES DIVERSAS

- Apoio Institucional à “Marcha das vadias”, fazendo parte do “Grito dos excluídos”, eventos latitudinais que contaram com a participação de diversos movimentos sociais de luta pelos direitos da mulher. A referida atividade enquadra-se no eixo de fortalecimento da igualdade de direitos concernentes ao gênero. A marcha aconteceu no dia 7 de setembro, na Região Metropolitana de Salvador, com participação de aproximadamente 200 mulheres.
- Reestruturação da Comissão Provisória do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM, com 13 representantes do poder público e da sociedade civil, cujo objetivo foi colaborar com a construção da 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres e organizar a eleição do novo Conselho.
- Em comemoração à “Visibilidade lésbica”, a SPM participou da 10ª Parada Gay, em 11 de setembro, com 200 mulheres apoiando a luta pela visibilidade lésbica e bissexual e contra a lesbofobia. Com o tema “Ser homossexual não é estranho, estranha mesmo é a homofobia”, a tradicional Parada Gay de Salvador trouxe o tema a público, repudiando a violência contra homossexuais e lésbicas e conscientizando a sociedade.

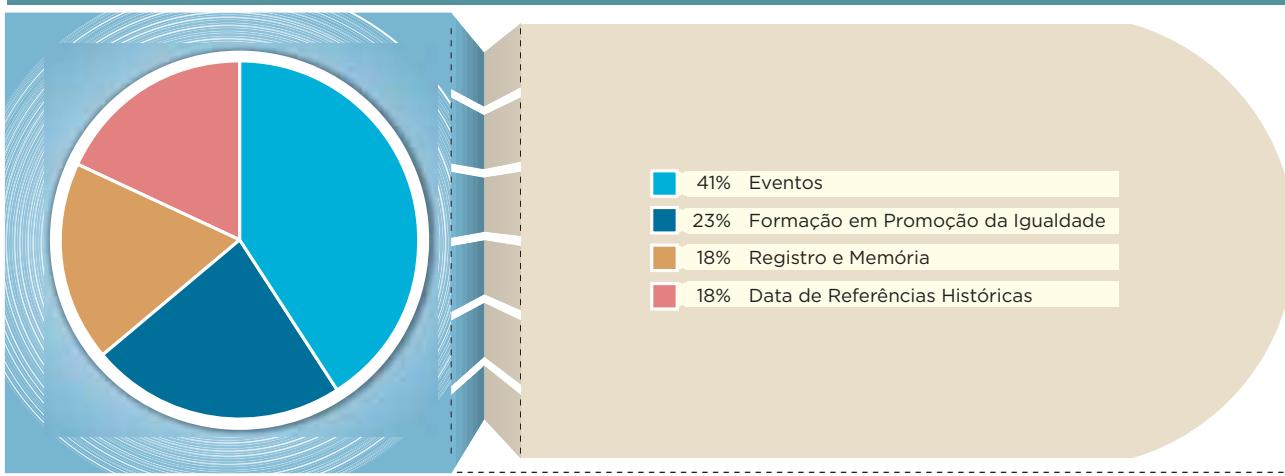
## PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

### APOIO TÉCNICO-FINANCEIRO A PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DOS MOVIMENTOS NEGROS

Este projeto tem por objetivo potencializar as ações de promoção da igualdade racial desenvolvidas por organizações da sociedade civil, mediante seleção via edital. Os repasses são feitos a partir de convênios firmados com as instituições habilitadas a receber recursos do Estado.

Em 2011, foram contemplados projetos da sociedade civil que somaram R\$ 430 mil, submetidos através do edital Novembro Negro 2011. Do total de 50 projetos inscritos, 33 foram selecionados e 22 classificados e distribuídos em quatro categorias: Evento (nove projetos), Formação em Promoção da Igualdade Racial (cinco projetos), Registro e Memória (quatro projetos) e Data de Referência Histórica (quatro projetos). Onze desses projetos são de entidades estabelecidas em Salvador, e 11 do interior da Bahia, o que reflete as ações voltadas para o fortalecimento das instituições estabelecidas em 16 Territórios de Identidade, conforme registra o Gráfico 1.

**GRÁFICO 1 | PROJETOS DE ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS NEGROS | Bahia, 2011**



Ressalte-se que o apoio a tais iniciativas busca divulgar e fortalecer a agenda do Governo na promoção da igualdade racial, cultivo e valorização da memória e referências históricas afrodescendentes, firmando parcerias com instituições da sociedade civil, estimulando a participação e o controle social das políticas públicas nesta área.

## **DESENVOLVIMENTO DE PROJETO PARA EMPODERAMENTO DA JUVENTUDE NEGRA**

O Governo do Estado tem implementado ações voltadas à juventude, com vistas a proporcionar aos jovens baianos oportunidades de desenvolvimento socioeconômico e científico, através da educação, cultura, esporte, trabalho, emprego e renda. A SEPROMI tem participado destas iniciativas, apresentando uma concepção teórica metodológica que valoriza a diversidade étnico-racial, constituindo-se em uma proposta contínua, implementada por meio de ações transversais.

Cabe destacar o projeto de inclusão digital, promovido no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra - CDCN - no Pelourinho, como parte integrante do Programa Centro Digital de Cidadania - CDC da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, formando, entre 2010 e 2011, cerca de 200 jovens negros.

Foram desenvolvidos, nesse sentido, planos pedagógicos com foco nas dimensões de raça e gênero, visando não apenas à introdução da informática como ao empoderamento da juventude negra, a partir do estímulo ao seu fortalecimento político e pertencimento étnico-racial.

Outras ações que se destacaram, em 2011, envolvem o apoio às iniciativas das organizações da sociedade civil, visando à promoção da igualdade racial e à inclusão da juventude negra no processo de desenvolvimento social, participação e construção política, além da mobilização para partici-

Manu Dias/SECOM



Abertura da 2ª Conferência Estadual de Juventude

pação na II Conferência Estadual de Juventude, ocorrida entre 28 e 30 de outubro desse ano.

Tal mobilização se consolidou por meio da consulta aos povos e comunidades tradicionais, realizada numa parceria com a comissão organizadora estadual da Conferência de Juventude. A ação contou com a participação de 107 jovens das comunidades de povo de santo, geraizeiros, povos indígenas, quilombolas, fundo de pasto, extrativistas, pescadores, marisqueiras e ciganos, com o objetivo de debater os temas gerais da Conferência e analisar os desafios e perspectivas da juventude dos povos e comunidades tradicionais no que se refere à formulação e execução de políticas públicas.

## **COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL**

Objetivando combater o racismo institucional no âmbito da administração pública baiana, foram potencializadas, em 2011, as ações de articulação com os demais órgãos e secretarias do Estado e municípios, com vistas a garantir o desenvolvimento de políticas que tenham como objetivo a identificação, abordagem e combate a práticas discriminatórias no âmbito do setor público, a exemplo da pactuação com a Secretaria de Administração do Estado - SAEB para inclusão de conteúdos programáticos relativos à promo-



Promoção da igualdade racial é um compromisso de Governo

ção da igualdade racial nos concursos e seleções públicas realizados pelo Governo do Estado.

Outra ação de destaque foi a assinatura de protocolo de intenções, ocorrida em 3 de outubro de 2011, entre o Governo do Estado e o Governo Federal, com o objetivo de implementar ações conjuntas para a inclusão da população negra nas atividades decorrentes dos grandes eventos esportivos mundiais.

No primeiro semestre de 2011, foi realizada a avaliação do processo de formação no combate ao racismo institucional na prestação de serviços públicos, promovido pela SEPROMI para mais de 300 gestores e servidores estaduais e municipais, treinados entre 2008 e 2010. A partir dessa avaliação, foi possível verificar a necessidade de ampliação da ação e consequente continuidade e potencialização do Programa no PPA 2012-2015, tendo como foco principal a formação de policiais civis e militares, alinhados aos propósitos previstos no Programa Pacto pela Vida, garantindo o respeito e a defesa dos direitos individuais e coletivos e combatendo toda forma de preconceito e intolerância.

Destacam-se também as ações no campo do trabalho e geração de renda, a partir da atuação intersetorial no comitê gestor do Programa Bahia

de Trabalho Decente, em que a SEPROMI coordena o eixo de promoção da igualdade racial e de gênero, dedicando-se, também, à formulação de propostas e acompanhamento das ações previstas na Agenda Bahia do Trabalho Decente. Um exemplo é a conscientização da sociedade civil e instâncias governamentais sobre a necessidade de igualdade de direitos no âmbito do trabalho, considerando a perspectiva racial.

Com o objetivo de estimular a adoção da Agenda do Trabalho Decente, a SEPROMI apoiou a participação de prefeituras integrantes do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial nas plenárias regionais preparatórias e na III Conferência Estadual do Trabalho Decente, realizada em 2011.

## MUNICIPALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Ainda no exercício de 2011 foi lançado, com recursos de R\$ 599,5 mil, o projeto “Municipalizando a Política de Promoção da Igualdade Racial no Estado da Bahia”. Oriundo de convênio firmado com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, da Presidência da República, tem o objetivo de impulsionar a interiorização das políticas de promoção da igualdade racial junto aos municípios da Bahia, como forma de garantir a descentralização e o comprometimento das esferas municipais com a implementação de políticas públicas voltadas para essa área. O projeto tem vigência até maio de 2012.

## REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA FORTALECIMENTO DE DATAS DE REFERÊNCIA HISTÓRICA

Em 2011, a SEPROMI desenvolveu e apoiou diversas ações direcionadas a reverenciar, valorizar e homenagear datas, marcos legais e/ou personalidades que contribuíram com o fortalecimento

da luta pela igualdade racial, com aplicação de R\$ 132,4 mil. Em parceria com a Secretaria de Comunicação do Estado da Bahia - SECOM, a SEPROMI realizou campanhas publicitárias em torno destas datas, visando reforçar valores, a memória e o compromisso do Estado com a igualdade racial e de gênero.

## **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ESPAÇOS DE RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA**

Contando com aporte de recursos do Governo Federal, estão em fase de conclusão os projetos de Mapeamento dos Espaços de Religiões de Matriz Africana no Recôncavo e no Baixo Sul. Foram identificados 566 terreiros em 19 municípios do Território do Recôncavo e 14 em municípios do Território do Baixo Sul.

Para além dos projetos de identificação dos terreiros, a SEPROMI desenvolve ações que promovem o respeito e a valorização dos espaços de religiões de matriz africana, a exemplo de apoio a projetos de organizações da sociedade civil para a preservação cultural, reforma e sustentabilidade de terreiros, acompanhamento das ocorrências e apoio a atividades da sociedade civil relativas ao combate à intolerância religiosa no estado.

## **NÚCLEO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA - NAFRO**

Mantendo a política de promoção da igualdade e de direitos, focando as ações em etnia e gênero, a SSP vem apoiando as ações do Núcleo de Religiões de Matriz Africana da Polícia Militar do Estado da Bahia - Nafro. Este foi criado para difundir, proteger e promover o conhecimento a respeito das religiões de matriz africana no âmbito da PM e lutar contra quaisquer formas de preconceito dentro e fora da Policia Militar da Bahia.

## **FÓRUM ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

Entre novembro e dezembro de 2011, 23 municípios confirmaram interesse em aderir ao Fórum. Dentre eles, dez prefeituras já assinaram o termo de adesão, ampliando para 55 o número de municípios baianos participantes. Em 2011, as ações estiveram centradas em duas dimensões: institucionalização e fortalecimento e construção e implementação de planos municipais de promoção da igualdade racial.

Em apoio a essas prioridades, deu-se continuidade ao processo de capacitação associado às intervenções práticas dos gestores em seus municípios através de:

- Programa de formação em políticas públicas de promoção da igualdade racial;
- Orientação para acessar projetos e programas federais e estaduais disponíveis, através de editais e concursos;
- VII Reunião Ampliada dos Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial, realizada em maio de 2011;
- Consultoria para elaboração de planos municipais de promoção da igualdade racial em sete municípios do Estado.

Os planos têm como base as resoluções das conferências municipais e regionais de promoção da igualdade racial, contemplando os seguintes eixos: (i) desenvolvimento econômico, trabalho e renda; (ii) educação; (iii) saúde; (iv) segurança pública e justiça, cidadania e direitos humanos; (v) comunidades quilombolas; (vi) religiões de matriz africana; (vii) programa de combate ao racismo institucional e (viii) acompanhamento, monitoramento e avaliação do plano. Esta ação envolveu oito municípios: Lívramento de Nossa Senhora, Seabra, Souto Soares, Riacho de Santana, Cruz das Almas, Serrinha, Porto Seguro e São Francisco do Conde, atingindo seis Territórios de Identidade.

## PROGRAMAS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Dando continuidade à proposta de acompanhar o tema da equidade étnico-racial nas políticas, programas, projetos, ações e atividades em atenção à saúde, a SEPROMI fortaleceu, em 2011, o diálogo com a Secretaria da Saúde - SESAB com vistas à redução do índice de mortalidade e à implementação da política de saúde da população negra no Estado.

Nessa perspectiva, a SEPROMI realizou, em 2011, em parceria com o Ministério da Saúde e a SESAB, audiência pública para avaliação dos avanços e desafios para implementação da política; promoveu a ampliação do debate nas esferas municipais, a partir da intensificação do diálogo e sensibilização dos gestores; fomentou o fortalecimento do controle social a partir do debate com instituições do movimento negro e entidades da área de saúde; e produziu material informativo (cartilha) com vistas à disseminação de informações sobre a saúde da população negra.

## IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ATENÇÃO AOS CRIMES DE RACISMO E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Com o propósito de potencializar as ações de combate aos crimes de racismo, foi lançado, em agosto de 2011, o projeto Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, oriundo de convênio firmado com o Governo Federal, no montante de R\$ 1,5 milhão. O projeto prevê a implantação do centro de referência de prevenção e combate aos crimes de racismo e intolerância

religiosa, bem como a implantação de sistema de informação, monitoramento e avaliação da rede de atenção a essa modalidade de crime.

A proposta compreende a constituição de uma ação articulada entre as esferas do poder público e da sociedade civil organizada, que já atua na orientação e acompanhamento a ocorrências relacionadas aos crimes de racismo e/ou intolerância religiosa.

## POLÍTICA DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Em relação ao eixo de proteção e defesa dos direitos humanos, destaca-se o Sistema Estadual de Proteção aos Direitos Humanos que, em parceria com o Governo Federal, desenvolve programas cujo propósito é garantir a integridade a toda pessoa, física ou jurídica, grupo social, instituição, organização, entidade da sociedade civil ou movimento social que estejam em situação de risco ou vulnerabilidade.

## PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS - PROVITA

Esse programa é resultado de convênio entre a SJCDH e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR. Destina-se a oferecer proteção integral às vítimas, familiares e testemunhas ameaçadas de morte, em virtude de depoimento em processo judicial, permitindo a produção de provas testemunhais e a efetividade da Justiça. Em 2011, foram atendidas 113 pessoas em 35 casos, conforme especificado na Tabela 2.

<b>TABELA 2 ATENDIMENTOS - PROVITA</b>		<b>Bahia, 2011</b>
<b>ATENDIMENTOS</b>	<b>Nº DE CASOS</b>	<b>Nº DE PESSOAS</b>
Casos da Bahia encaminhados para atendimento e triagem	16	44
Casos da Bahia proteção	10	43
Casos da Bahia em triagem	1	3
Casos federais	3	12
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>113</b>

Fonte: SJCDH/Sudh

## PROGRAMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM

O PPCAAM foi constituído com a finalidade de preservar a vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte no Estado da Bahia, estendendo, excepcionalmente, a proteção aos outros estados da Federação e garantindo, na medida do possível, os vínculos familiares e afetivos e a inserção social segura. As Tabelas 3 e 4 apresentam o perfil dos atendimentos em 2011.

## CENTRO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - CEAV

O Ceav, inaugurado em 2009, tem o objetivo de prestar assistência social, jurídica e psicológica às vítimas de violência, extensivamente a seus familiares e dependentes, buscando a sua reestruturação moral, psíquica e social, além de promover o acesso à Justiça. Em 2011 foram realizados 76 atendimentos, encaminhados a diversos órgãos para triagem e acompanhamento jurídico.



Semana do ECA na Case Salvador marca os 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

TABELA 3 ATENDIMENTOS - PPCAAM					Bahia, 2011
ATENDIMENTOS	GERAIS	JUIZADO	MP	CONSELHO	TOTAL
Demandados	128	17	39	72	<b>256</b>
Inclusos – geral	36	4	9	23	<b>72</b>
Inclusos atualmente	13	1	5	7	<b>26</b>
Desligados	23	3	9	11	<b>46</b>
Não inclusos	74	7	27	40	<b>148</b>
Em avaliação	8	0	3	5	<b>16</b>

Fonte: SJCDH/Sudh

TABELA 4 TIPOS DE CASOS - PPCAAM		Bahia, 2011
CASOS ATIVOS	GERAIS	
Masculino		11
Feminino		2
Travesti		0
<b>TOTAL</b>		<b>13</b>

Fonte: SJCDH/Sudh

## PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS - PPDDH

O PPDDH tem como objetivo garantir a proteção aos defensores dos direitos humanos e propiciar apoio jurídico e psicossocial aos defensores em situação de risco e/ou vulnerabilidade, de forma a garantir a sua segurança e a continuidade de seu trabalho, além de desenvolver ações que busquem a desarticulação, desmantelamento e punição dos agentes agressores. Com o intuito de otimizar o Programa, foram realizadas audiências públicas com as entidades envolvidas no combate à violência, possibilitando maior visibilidade ao Programa e estreitando os laços da rede, mediante troca de informações que visam estabelecer uma estratégia estadual. Em 2011, foram realizados os atendimentos conforme detalhados no Quadro 1.

## COMITÊ ESTADUAL PARA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À TORTURA - CEPET

No período de 25 a 29 de abril foi realizado o evento Semana de Direitos Humanos: Saúde Mental e Combate à Tortura, que faz parte das ações previstas no Plano de Ações Integradas para Prevenção e o Combate à Tortura - Paipct, pactuado entre o Governo da Bahia e o Governo Federal. Também foi realizada, entre 27 a 29 de abril, a Capacitação em Perícia Forense para Procuradores, Promotores de Justiça e os próprios membros do Comitê.

QUADRO 1   ATENDIMENTOS - DEFENSORES	Bahia, 2011
Casos em proteção	19
Casos em monitoramento	5
Triagem do processo de inclusão dos indígenas Tupinambás	8
Triagem do processo de inclusão dos indígenas Hā Hā Hāe	3
Casos em agendamento	8

Fonte: SJCDH/Sudh

## ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS

O tráfico de pessoas no Brasil materializa-se, dentre outras modalidades, na existência de altas taxas de exploração sexual, sendo a Bahia, inclusive, rota nacional e internacional para o crime organizado transnacional de tráfico de pessoas. Em 2011 foram instituídos, no âmbito estadual, os marcos regulatórios para a implementação dessa política e implantado o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NETP, no Pelourinho, inaugurado em março.

No eixo da promoção da cidadania e direitos humanos foi instituído e publicado o Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, inaugurado o Núcleo no Pelourinho e realizado o evento da plenária livre para o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com a participação de diversas autoridades estaduais e nacionais.

## GESTÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

### NÚCLEOS DE DIREITOS HUMANOS - NUDH

Priorizando a promoção dos direitos humanos, o Governo do Estado mantém, na capital, três Núcleos de Direitos Humanos (Lobato, Cajazeiras e no Centro Administrativo da Bahia), fomentando uma política inclusiva na área. Em 2011 foram realizados 1.885 atendimentos nas áreas psicossocial, jurídica e de mediação de conflitos, como prevenção à violência.

## MOBILIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO CIVIL

Na perspectiva da mobilização para erradicar o sub-registro civil e facilitar o acesso à documentação civil básica, foi firmado termo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça da Bahia - TJ/BA e a SJCDH para implantação de unidades interligadas em car-



II Conferência Setorial de Culturas Indígenas em Salvador

tórios-maternidade e capacitação de servidores que utilizarão o sistema de interligação. Em 2011, foram entregues 52 computadores ao TJ/BA e implantada uma unidade interligada na maternidade José Maria de Magalhães, atualmente em fase de teste.

## JUSTIÇA COMUNITÁRIA

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci envolve, além de atendimento psicossocial e jurídico à população, a seleção e qualificação de agentes comunitários locais, em bairros populares com altos índices de violência, que deverão atuar na mediação de conflitos. O primeiro núcleo foi inaugurado em novembro de 2011, estando em funcionamento na Casa da Cidadania em Tancredo Neves/Beiru, iniciando com uma média mensal de 45 atendimentos.

## CENTRO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – CEDH

Em prosseguimento às ações de formação em direitos humanos, o Cedh realizou, em 2011, sete eventos com participação de 613 servidores públicos e interessados. Quatro dentre esses eventos relacionam-se diretamente com o tema direitos humanos, conforme registra a Tabela 5.

## AÇÕES DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Integrante das políticas afirmativas do Governo do Estado, tem como objetivo propor medidas que assegurem a integridade física e sociocultural dos povos indígenas, através do respeito à sua organização social e política, aos costumes, às línguas, às

TABELA 5   ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DO CEDH			Bahia, 2011
EVENTO FORMATIVO	DATA	Nº DE PARTICIPANTES	
Seminário “O estatuto da igualdade racial em debate”	Março	61	
Jornada de atualização em direitos humanos	Março	70	
II Jornada de atualização em direitos humanos	Junho	70	
III Jornada de atualização em direitos humanos – “O bullying e a tutela dos direitos humanos”	Julho	116	

Fonte: SJCDH/Cedh

crenças, às tradições e aos sítios rituais e históricos. Em 2011, foram empreendidas as seguintes ações:

- Promoção de reunião da SJCDH com a comunidade indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, para mediar conflitos referentes às questões fundiárias e à criminalização de lideranças indígenas do Sul da Bahia;
- Apoio à XI Edição dos Jogos Indígenas Pataxó, realizada na aldeia indígena Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália;
- Lançamento da publicação “Povos Indígenas e Governo da Bahia: Garantir os Direitos dos Povos Indígenas é Respeitar a nossa própria História”;
- Apoio à realização da 2ª Conferência Setorial de Culturas Indígenas, em Salvador, reunindo 15 etnias indígenas para a discussão de demandas indígenas;
- Apoio à realização da VII Feira de Cultura Kaimbé, na aldeia Massacará, município de Euclides da Cunha;
- Apoio à realização da Festa do Amaro, na Aldeia Pankararé Brejo do Burgo, Raso da Catarina, no município de Glória;
- Apoio à realização do Fórum Estadual de Educação Indígena da Bahia, na Aldeia do Pambu, no município de Abaré;
- Apoio ao III Fórum de Políticas para Povos Indígenas na Bahia, visando à garantia, amparo e defesa dos direitos humanos, realizado em Salvador, com participação de 150 representantes indígenas.

## AÇÕES DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS

As políticas públicas para pessoas idosas envolvem, por meio do Conselho Estadual do Idoso - CEI, ações de mobilização por parte dos diversos segmentos sociais na Bahia, assim como promove a

discussão e propõe políticas públicas para pessoas idosas. Em 2011, realizou-se a 3ª Conferência do Direito da Pessoa Idosa da Bahia, tendo a Universidade do Estado da Bahia – Uneb prestado apoio técnico para execução de convênio para a implantação da metodologia do Plano de Articulação de Rede de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa – Plantar. Pode ser citado, ademais, o lançamento do selo comemorativo ao Dia Nacional e Internacional contra a Violência às Pessoas Idosas.

## AÇÕES DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Governo da Bahia, através da Lei nº 12.212, de 4 de maio de 2011, criou a Superintendência dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Sudef, tendo como finalidade o planejamento, coordenação, supervisão avaliação e fiscalização da execução das políticas públicas voltadas para a promoção e proteção dos direitos da pessoa com deficiência. Merecem destaque as ações indicadas no Quadro 2.



Incentivo às políticas públicas para promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência

Manu Dias/SECOM

<b>QUADRO 2 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA</b>			<b>Bahia, 2011</b>
<b>AÇÃO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE PARTICIPANTES/PARCERIA</b>
Projeto	Salvador	Elaboração do projeto de lei do Passe Livre Intermunicipal para pessoas com deficiência.	SJCDH/Coede
Acompanhamento de denúncias de violação de direitos	30 municípios	Recepção e acompanhamento de 86 120 denúncias provenientes do serviço Disque 100 do Governo Federal.	SJCDH/Governo Federal
Palestras	Cachoeira, Valença, Alagoinhas e Brumado	Realização de palestras sobre direitos humanos com ênfase nos direitos da pessoa com deficiência.	530
Campanhas	Salvador	Em parceria com o shopping Piedade foi lançada campanha de conscientização com o tema: "A partir de hoje, não faça mais que sua obrigação: respeitar", tendo como objetivo levar ao conhecimento da sociedade assuntos ligados à pessoa com deficiência, promovendo a conscientização e inclusão social.	2.000
Capacitação	Salvador	Capacitação dos representantes dos shoppings Barra, Iguatemi, Salvador, Paralela e Center Lapa, promovendo reuniões conscientizadoras sobre a utilização correta das vagas de uso exclusivo de pessoas com deficiência e idosos nos estacionamentos.	-
Evento	Salvador	Realização de seminário em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.	700
Fórum	Salvador	Realização de capacitação sobre Tecnologia Assistiva, com apresentação de equipamentos como linha Braille e folheador automático de livros, scanner e leitor autônomo.	50
Teatro	Salvador	Apresentação de teatro inclusivo no 23º aniversário da escola Raul Sá, com a peça intitulada "Vamos misturar, inclusão social: Um direito de todos", com presença de alunos, professores e pessoas da comunidade.	200
Fiscalização	Salvador	Parceria estabelecida com a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - Agerba, resultou na retirada do Símbolo Internacional de Acessibilidade - SIA de todos os ônibus das linhas metropolitanas.	-
Videoconferência	34 municípios	Realização da I Videoconferência Estadual sobre o Dia Nacional da Luta de Pessoas com Deficiência, no Instituto Anísio Teixeira - IAT, com transmissão para municípios do interior do estado, com a finalidade de estimular o debate sobre os assuntos que envolvem a deficiência em geral.	400

Fonte: SJCDH/Cedh

Dentre as atividades de promoção de acessibilidade e políticas públicas concernentes, desenvolvidas em 2011, destacam-se:

**Operação Acessibilidade** – em parceria com o Procon/BA, visa verificar se as instituições bancárias e hotéis de Salvador garantem acessibilidade aos consumidores com deficiência. Dela decorreram as seguintes iniciativas:

- Elaboração do projeto Rota Acessível no Centro Histórico de Salvador;
- Elaboração de pareceres técnicos de acessibilidade das rotas acessíveis que fazem ligação com a Arena Fonte Nova, e da acessibilidade dos projetos Orla da Ribeira e Orla Atlântica (trecho Amaralina-Armação), acompanhado de recomendações técnicas relacionadas a ajustes no projeto urbanístico arquitetônico em fase pré-licitatória;
- Realização do Fórum Metropolitano de Acessibilidade - legado Copa 2014, com o objetivo de conscientizar estudantes de arquitetura sobre a importância da acessibilidade nos projetos arquitetônicos, e do legado dos projetos da Copa 2014. Participaram 100 estudantes da área.



CAPS AD III Gey Espinheira

**Assessoria técnica** – em articulação com municípios e outras instituições:

- Assessoramento para elaboração do Plano Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em Lauro de Freitas;
- Avaliação da acessibilidade do projeto de urbanização elaborado pelo Núcleo de Arquitetura e Engenharia da UPB, para praça no município de Ituberá;
- Análise dos projetos de lei que tratam das questões de direitos das pessoas com deficiência, no município de Alagoinhas;
- Elaboração do projeto de acessibilidade na cultura e no lazer, em parceria com a agremiação comunitário-carnavalesca Ilê Ayê.

## AÇÕES DE PREVENÇÃO E ACOLHIMENTO AOS USUÁRIOS DE DROGAS E APOIO FAMILIAR

A Lei estadual nº 12.212, de 4 de maio de 2011, criou a Superintendência de Prevenção e Acolhimento aos Usuários de Drogas e Apoio Familiar – Suprad, que tem a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas preventivas às drogas, e atendimento aos dependentes e suas famílias, promovendo a reinserção social de usuários de drogas. Em 2011, foram desenvolvidas ações de participação e apoio de diversos eventos, destacando-se:

- Coordenação da Câmara Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso de Drogas do Programa Pacto pela Vida, com a realização de 17 reuniões, entre julho e outubro;
- Participação na elaboração e lançamento do Plano Intersetorial de Enfrentamento ao Álcool, Crack e outras Drogas, do Programa Pacto pela Vida – PPV, cujo lançamento está previsto para 2012;
- Elaboração da Política Estadual sobre Drogas – PED, em parceria com o Conselho Estadual

de Entorpecentes – Conen, tendo participação popular garantida por meio de audiência pública realizada em 7 de outubro;

- Realização, em parceria com o Conen, de uma visita técnica (em Dias D'Avila) à entidade Desafio Jovem Peniel, da sociedade civil que atua na área de álcool e drogas, para fiscalização e emissão de parecer sobre a manutenção da entidade;
- Apoio técnico para instalação e estruturação dos conselhos municipais sobre drogas, seus regimentos e criação do fundo municipal nos municípios de Lauro de Freitas, Poções e São Sebastião do Passé;
- Instituído pela Portaria Conjunta nº 318 da SJCDH, SESAB, SEDES, SSP, SETRE e PGE, de 30/11/2011, o Grupo de Trabalho Intersetorial para Atenção a Usuários de Drogas, também em parceria com a sociedade civil (comunidades terapêuticas e população de rua);
- I Ciclo de Debates de Políticas sobre Drogas – SJCDH/Conen, realizado em 21 de outubro, em Salvador, tendo como temas “A legalidade e a efetividade da internação involuntária como proposta terapêutica” e “A descriminação da maconha”;
- Realização do II Fórum de Comunidades Terapêuticas e Centros de Reabilitação, em 19 de dezembro, promovido pela SJCDH com apoio da SEDES e SESAB.

## PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

O Procon é o órgão responsável pela coordenação e execução da Política Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e tem por atribuição legal proteger, defender e orientar o consumidor baiano.

## ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AO CIDADÃO CONSUMIDOR

Para resolver uma demanda individual, o cidadão é recebido nos postos por um atendente, que abre um procedimento de atendimento. Em 2011, foram realizados 75.299 atendimentos, o que representa um crescimento de 35,4% em relação ao mesmo período de 2010, que foi de 55.607 atendimentos.

Considerando os atendimentos realizados que se referem a relações de consumo – excluindo-se os atendimentos classificados como “Extra-Procon” –, temos 70.570 atendimentos feitos até 31/12/2011, o que coloca o Procon em posição de destaque no cenário nacional.

Dentre os 24 órgãos estaduais de proteção e defesa do consumidor integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec, a Bahia ocupa a quarta posição em número de atendimentos, como demonstra a Tabela 6.

<b>TABELA 6   POSIÇÃO DO PROCON NO RANKING NACIONAL</b>			<b>Bahia, 2011</b>
<b>RANKING</b>	<b>ESTADO</b>	<b>Nº DE ATENDIMENTOS</b>	
1º	SP	374.849	
2º	DF	154.979	
3º	RJ	80.732	
<b>4º</b>	<b>BA</b>	<b>70.570</b>	
5º	GO	55.652	

Fonte: SJCDH/Procon

Com efeito, dos 70.570 procedimentos de atendimentos do Procon, em 74,9% das situações (52.880 atendimentos) o consumidor teve uma resposta imediata, pois se referiam a simples consultas (24.814), atendimento preliminar (23.056), parte das CIPs instauradas (5.001) ou outros procedimentos (9). Os 17.690 atendimentos restantes geraram “Reclamações”, oportunidade em que foram agendadas audiências de conciliação. Das 12.194 audiências realizadas, em 7.783 houve acordo, o que revela um percentual de sucesso de 63,8%.

Somando-se os casos resolvidos no atendimento preliminar com aqueles resolvidos através de CIP, nos 15 dias subsequentes e com os acordos feitos em mesa de conciliação, são 60.663 atendimentos solucionados em até quatro meses. O que significa um índice final de resolução de 85,9% das demandas que chegaram ao Procon no ano de 2011.

O Procon prestou, ainda, orientação à população em diversos eventos, além de estar em Cachoeira quando da transferência da sede do Governo do Estado para a referida cidade, e com o SAC Móvel na Rota da Independência (Cachoeira, Muritiba, Santo Amaro e São Gonçalo).

## AÇÕES FISCALIZATÓRIAS

O Procon não realiza ações fiscalizatórias apenas com natureza punitiva, mas também educativa e preventiva. Assim, os fiscais são orientados, ao verificar a existência de conduta irregular em um estabelecimento comercial, sempre que necessário a lavrar um Ato de Constatação, registrando o ocorrido, e retornando posteriormente para verificar se as recomendações feitas foram seguidas. Apenas neste segundo momento é lavrado o Auto de Infração. Entretanto, quando o problema implica em risco de dano à saúde e segurança da população, o Auto de Infração é lavrado de imediato e são adotadas medidas mais rigorosas, a exemplo da apreensão de produtos.

Em 2011, foram realizadas ações fiscalizatórias de diversas modalidades, dentre as quais:

- Operação supermercados – foram realizadas programações semanais às redes de supermercados, com o intuito de fiscalizar infrações ali existentes, a exemplo de produtos vencidos, publicidade enganosa, ausência de preços e falta de higiene adequada aos alimentos. Foram visitados 91 estabelecimentos, sendo lavrados 64 Autos de Infração, 45 Atos de Constatação e 44 Relatórios de Visitas;

Carol Garcia/SECOM



Procon realiza operação “Dia dos Pais” nas lojas de Salvador

- Fiscalização do decreto do SAC - averiguação da adequação das empresas fornecedoras de serviço regulado às normas do decreto federal nº 6.523/08, que estabelece normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC. Foram fiscalizadas 49 empresas dos ramos de transporte aéreo e terrestre, planos de saúde, bancos, telefonia, *internet*, cartões de crédito e serviços essenciais, tendo sido lavrados 43 Autos de Infração;
- Operação dos bancos - foram realizadas diversas operações em instituições bancárias da capital e do município de Jequié, para verificação do correto atendimento aos consumidores, e visitados 14 estabelecimentos, sendo lavrados 22 Atos de Constatação;
- Operação de acessibilidade - para verificar a acessibilidade em estabelecimentos bancários e hoteleiros de Salvador, com a presença de técnicos capacitados para verificar a obediência aos requisitos exigidos pela legislação.

Também foram feitas ações educativas e sancionatórias no Mercado Modelo, lojas de departamentos, casas noturnas, casas de fogos de artifício, postos de combustíveis, blocos carnavalescos e lojas de brinquedos, dentre outras.

A Tabela 7 apresenta as principais ações de fiscalização realizados pelo Procon em 2011.

Merce destaque a iniciativa de interiorizar as ações de fiscalização, tendo o Procon visitado os

municípios de Jequié, Ipiaú, Ubatã, Juazeiro e Serrinha, em 2011.

## SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APlicadas

No ano de 2011, foram proferidas 1.554 decisões administrativas, as quais podem sancionar um ou mais fornecedores de uma só vez, tendo em vista a responsabilidade solidária das empresas fornecedoras.

## TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

O Procon e o Ministério Público do Estado da Bahia firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC pelo qual uma empresa de telefonia se obrigou a isentar os consumidores de pagamentos e a conceder créditos proporcionais ao prejuízo de cada consumidor dos serviços de telefonia fixa, telefonia móvel e acesso à *internet* banda larga, totalizando aproximadamente R\$ 140 milhões, tudo em decorrência do incêndio na central telefônica da empresa.

A empresa também se obrigou a recolher a quantia de R\$ 200 mil ao Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor, como reparação coletiva, e a preparar e apresentar um plano de prevenção e combate a incêndio aprovado por técnicos de segurança na área, pelo Corpo de Bombeiros.

TABELA 7	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	Bahia, 2011
TIPO DE DOCUMENTO		Nº
Relatório de visita		1.408
Atos de constatação		902
Autos de infração		259
Termos de apreensão		55

Fonte: SJCDH/Procon

A assinatura de um TAC de tal dimensão foi fato sem precedentes na história da proteção dos consumidores na Bahia, vez que beneficiou milhares de clientes, que tiveram seus agravos reparados sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário.

## EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO

O Procon é também responsável pelas ações de educação para o consumo, a realização de estudos e pesquisas e celebração de acordos de cooperação com órgãos parceiros. Dentre as ações implementadas em 2011, merecem destaque:

- Procon vai às escolas – projeto de cunho educativo, com o objetivo de formar agentes multiplicadores no ambiente escolar. Tem como público-alvo professores e diretores de escolas públicas. Foram capacitados 480 professores em noções básicas de direito do consumidor, com potencial de beneficiar 14.193 alunos, e 13 escolas estaduais visitadas<sup>1</sup>;

1. Colégio Estadual João das Botas (Barra), Colégio Estadual Henriqueta Martins Catarino (Federação), Colégio Estadual Severino Vieira (Nazaré), Colégio Estadual Célia Mata Pires (Mata Escura), Colégio Estadual Sátiro Dias (Pituba), Colégio Estadual Padre Palmeira (Mussurunga), Colégio Estadual Conselheiro Vicente Pacheco de Oliveira (Dom Avelar), Colégio Estadual Evaristo da Veiga (Ondina), Colégio Estadual Colégio Professor Roberto Santos (Castelo Branco), Colégio Estadual Rômulo Almeida (Imbuí), Colégio Estadual Castro Alves (B. de Cotegipe), Colégio Estadual Luís Tarquínio (Boa Viagem) e Colégio Estadual Duque de Caxias (Liberdade).

- Oficinas de orçamento doméstico – têm por objetivo ensinar os cidadãos baianos a planejar e organizar suas despesas de acordo com o seu orçamento doméstico, esclarecendo o consumidor acerca da correta utilização dos recursos. Foram realizadas oito oficinas em diversas instituições/associações de bairro, beneficiando a 375 pessoas de diversas instituições<sup>2</sup>;
- Capacitação e reciclagem de 87 servidores, com ênfase na realização dos cursos de Gestão de Arquivos Setoriais, Relacionamento Interpessoal, Planos de Saúde, Cadastro Positivo e Gestão de Processo.

A Tabela 8 detalha as capacitações dos servidores do Procon em 2011.

## FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR – FEPC

O FEPC tem por função dar suporte financeiro à execução e promoção das políticas estaduais de defesa do consumidor. Dentre suas receitas, está a arrecadação das multas aplicadas pelo Procon no bojo dos processos administrativos sancionatórios. Em 2011, foi arrecadado R\$ 1,8 milhão.

2. Associação dos Moradores de Plataforma, Centro de Referência da Assistência Social (São Bartolomeu), Centro Social Urbano – Vasco da Gama, Centro de Referência da Assistência Social (Lobato), Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar, Escola Estadual Pierre Verger (Liberdade) e Associação Beneficente Evangélica de Cajazeiras.

TABELA 8	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PROCON	Bahia, 2011
TIPIFICAÇÃO	Nº DE SERVIDORES	Nº DE CAPACITADOS
Funcionários do Procon	112	87
Estagiários de direito	19	18
Servidores do projeto Mais Futuro	20	20
Funcionários do SAC que trabalham nos postos de atendimento do Procom	48	19
<b>TOTAL</b>	<b>199</b>	<b>144</b>

Fonte: SJDH/Procon